

Concessionária Bahia Norte S.A.

**Demonstrações contábeis acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente**

Em 31 de dezembro de 2016

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 105 – 12º andar
Edifício Berrini One | Vila Olímpia
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br

Aos:
Administradores e Acionistas da
Concessionária Bahia Norte S.A.
Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Bahia Norte S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Bahia Norte S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Investigações e medidas judiciais em andamento

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às notas demonstrações contábeis, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação “Lava Jato”, e que envolvem empresas e executivos do Grupo Odebrecht e do Grupo OAS, dos quais a Companhia faz parte (controlada indireta). Até o presente momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras, considerando, inclusive, que não existem citações nominais à Companhia, que sejam de conhecimento público. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.19, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi identificada pela Administração reclassificação de competência do exercício anterior. Desta forma, os valores correspondentes relativos às informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto pelos pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (aprovada pela NBC TG 23 (R-1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade) e CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis (aprovada pela NBC TG 26 (R-3), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade), conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Como parte de nosso exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 2.19, efetuados para alterar as informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Concluímos que tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações contábeis da Concessionária Bahia Norte S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as citadas informações tomadas em conjunto. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outro auditor independente, que emitiu em 26 de abril de 2016, relatório sem modificação e com ênfase sobre o assunto “Investigações e medidas judiciais em andamento” tratado anteriormente.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de maio de 2017.



Edinilson Attizani
CT CRC 1SP-293.919/O-7 "S" BA

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Concessionária Bahia Norte S.A.

Balço patrimonial

Em milhares de reais

Ativo	31 de dezembro de 2016	Reapresentado 31 de dezembro de 2015	Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro de 2016	Reapresentado 31 de dezembro de 2015
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	46.115	2.778	Fornecedores (Nota 13)	2.538	4.090
Aplicações financeiras (Nota 7)	-	18.718	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	24.828	15.394
Contas a receber (Nota 8)	6.376	8.620	Debêntures (Nota 14)	7.636	4.660
Adiantamentos a fornecedores	89	64	Partes relacionadas (Nota 24)	11.882	7.806
Despesas antecipadas	1.712	1.536	Tributos a recolher	1.785	2.388
Tributos a recuperar e outros (Nota 9)	1.583	1.759	Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 15)	3.574	3.310
			Outros passivos	281	296
	<u>55.875</u>	<u>33.475</u>		<u>52.524</u>	<u>37.944</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	657.892	499.688
Depósitos judiciais (Nota 10)	25.389	2.147	Debêntures (Nota 14)	24.389	31.862
Fundos restritos (Nota 14 (iv))	30.969	20.215	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 22 (a))	9.720	6.647
	<u>56.358</u>	<u>22.362</u>	Provisão para contingências (Nota 16)	474	401
			Provisão para conserva especial	2.884	1.852
				<u>695.359</u>	<u>540.450</u>
Imobilizado (Nota 11)	<u>2.277</u>	<u>588</u>	Patrimônio líquido (Nota 17)		
Intangível (Nota 12)	<u>847.070</u>	<u>734.088</u>	Capital social	247.000	247.000
	<u>905.705</u>	<u>757.038</u>	Prejuízos acumulados	(33.303)	(34.881)
				<u>213.697</u>	<u>212.119</u>
Total do ativo	<u>961.580</u>	<u>790.513</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>961.580</u>	<u>790.513</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Demonstração do resultado abrangente do exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Operações continuadas		
Receitas, líquidas (Nota 19)	268.886	230.672
Custo de construção (Nota 20 (a))	(151.131)	(122.656)
Custo de serviços prestados (Nota 20 (b))	<u>(67.651)</u>	<u>(71.305)</u>
Lucro bruto	50.104	36.711
Gerais e administrativas (Nota 21)	(13.108)	(13.158)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>184</u>	<u>(27)</u>
Lucro operacional	37.180	23.526
Receita financeira (Nota 23)	5.102	5.983
Despesa financeira (Nota 23)	<u>(37.632)</u>	<u>(36.785)</u>
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	4.650	(7.276)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos (Nota 22 (b))	<u>(3.072)</u>	<u>(323)</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>1.578</u>	<u>(7.599)</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	247.000	231.556
Lucro (prejuízo) do exercício por lote de mil ações do capital social (em R\$)	<u>0,006</u>	<u>(0,0033)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Demonstração do resultado abrangente do exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>1.578</u>	<u>(7.599)</u>
Ajustes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>1.578</u>	<u>(7.599)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 1° de janeiro de 2015	181.000	(27.282)	153.718
Aumento de capital	66.000		66.000
Prejuízo do exercício		(7.599)	(7.599)
Em 31 de dezembro de 2015	247.000	(34.881)	212.119
Em 1° de janeiro de 2016	247.000	(34.881)	212.119
Lucro do exercício		1.578	1.578
Em 31 de dezembro de 2016	247.000	(33.303)	213.697

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	4.650	(7.276)
Ajustes		
Margem de construção	(1.526)	(1.248)
Depreciação e amortização	34.617	35.540
Amortização de seguros	828	787
Amortização do custo de captação	(83)	327
Juros e variações monetárias	34.654	35.081
Provisão para contingências	73	
Baixa do imobilizado	29	207
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	767	1.852
Provisão para conserva especial	1.033	53
Perda na alienação de imobilizado		73
	<u>75.042</u>	<u>65.396</u>
Variação dos ativos e passivos		
Contas a receber	1.477	(3.778)
Adiantamentos a fornecedores	(25)	51
Despesas antecipadas	(1.004)	(1.029)
Tributos a recuperar e outros	176	(903)
Depósitos judiciais	(22.605)	(59)
Fornecedores	2.524	10.040
Tributos a recolher	(602)	1.224
Obrigações sociais e trabalhistas	265	(259)
Outros passivos	(20)	296
	<u>55.228</u>	<u>70.979</u>
Juros pagos - empréstimos	(43.345)	(38.552)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>11.883</u>	<u>32.427</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Resgate de aplicação financeira	18.718	23.621
Adições ao intangível	(138.076)	(117.512)
Adições ao imobilizado	(1.872)	(190)
Caixa líquido aplicado das atividades de investimentos	<u>(121.230)</u>	<u>(94.081)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimo	(13.686)	(11.149)
Amortização de debêntures	(4.500)	(1.500)
Aumento de capital		66.000
Utilização (adição ao) do fundo restrito	(9.764)	2.787
Captação de empréstimos	180.634	6.798
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>152.684</u>	<u>62.936</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>43.337</u>	<u>1.282</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>2.778</u>	<u>1.496</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>46.115</u>	<u>2.778</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Demonstração dos valores adicionados – Informações suplementares do exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas	<u>279.355</u>	<u>241.109</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos gerais, materiais, energia e outros	(167.845)	(141.314)
Serviços de terceiros e outros operacionais	(5.793)	(6.510)
	<u>(173.638)</u>	<u>(147.824)</u>
Valor adicionado bruto	105.717	93.285
Depreciação e amortização	(34.617)	(35.540)
Amortizações de seguros	(857)	(772)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	<u>70.243</u>	<u>56.973</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	5.102	5.983
Valor adicionado total a distribuir	<u>75.345</u>	<u>62.956</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	18.304	19.201
Remuneração direta	13.709	14.178
Benefícios	3.687	3.982
FGTS	908	1.041
Impostos, taxas e contribuições	17.131	13.803
Federais	10.694	7.864
Municipais	6.437	5.939
Remuneração de capitais de terceiros	38.332	37.551
Juros	37.632	36.695
Aluguéis	690	803
Doações e patrocínio	10	53
Remuneração de capitais próprios	1.578	(7.599)
Lucro (prejuízo) do exercício	1.578	(7.599)
Valor adicionado distribuído	<u>75.345</u>	<u>62.956</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Concessionária Bahia Norte S.A. ("Bahia Norte" ou "Companhia") é uma Sociedade de capital fechado, constituída em 29 de junho de 2010, que tem como objeto social, específica e exclusivamente, a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA093, BA512, BA521, BA524, BA526 e BA535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas ("Sistema Rodoviário"), tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia ("DERBA"), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia ("AGERBA", em conjunto com o Estado da Bahia e DERBA, o "Poder Concedente"), pelo prazo de 25 anos.

A Companhia é uma sociedade por ações, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede e foro em Salvador, no Estado da Bahia.

A Companhia é controlada em conjunto pela Odebrecht Transport S.A. ("OTP") e pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A - INVEPAR ("INVEPAR"), as quais possuem 50% de participação no capital social, respectivamente.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2010 com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA 099 com extensão de 11,20 km, para a Concessionária construir, operar e manter a Rodovia, que será denominada Via Expressa de Lauro de Freitas. Como consequência a área de total concedida passará a ser 132,65 km. Em decorrência dos novos investimentos, para recompor o equilíbrio econômico financeiro da concessão, fica aditado em 5 (cinco) anos a vigência do Contrato, passando de 25 para 30 anos e mais reajuste tarifário em 3 vezes, sendo que dois já foram concedidos.

Em 29 de abril de 2016, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da controladora OTP, composto, em parte, pelo seu investimento na Companhia, sem qualquer aumento ou modificação na composição de seu capital social. Como resultado desta reorganização societária, a Odebrecht Rodovias S.A. ("ODB Rodovias") passou a deter 50% do capital total da Companhia.

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada "Operação Lava Jato", que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht e do Grupo OAS, os quais são acionistas indiretos, da Companhia.

A Companhia não foi objeto de nenhuma ação direta por parte das autoridades, bem como, não existem citações nominais à Companhia, que sejam de conhecimento público. Considerando que as investigações ainda estão em andamento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria em 18 de maio de 2017.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de outros ativos e passivo financeiros é ajustado para refletir a mensuração a valor justo.

Os itens incluídos na demonstração contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico que atua (“a moeda funcional”). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a mesma possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor (Nota 6).

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros como empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “Caixa e equivalentes de caixa” (Nota 6), Aplicações financeiras (Nota 7), “Contas a receber” (Nota 8), “Depósitos judiciais” (Nota 10) e “Fundos restritos” (Nota 14(iv)).

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 60 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída Provisão Estimada para Perdas de Créditos de Liquidação duvidosa ("PECLD").

2.5 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são compostas por prêmios de seguros a apropriar avaliadas ao custo, líquidas das apropriações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro e custo de captação de financiamentos ainda não liberados.

2.6 Depósitos judiciais

Trata-se basicamente de depósitos judiciais realizados para ações de desapropriação e indenizações de benfeitorias na faixa de domínio, cujo o objeto mais significativo são as áreas situadas na Via Metropolitana Camaçari Lauro de Freitas.

2.7 Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. Se o prazo de realização é equivalente a um ano ou menos os demais ativos são classificados no ativo circulante do contrário estão apresentados no ativo não circulante.

2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	5
Veículos	3 - 5
Benfeitorias	25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 11).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.9 Intangível

2.9.1 Ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, relativo à estimativa do valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas, e poderá vir a afetar os saldos registrados.

A vida útil estimada dos ativos remanescentes também exige pressupostos e estimativas, onde alterações nas circunstâncias futuras, poderiam afetar a vida útil remanescente dos ativos intangíveis e podem ter um impacto significativo nos resultados de operações futuras (Nota 12).

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando estiver disponível para ser utilizado nas operações da Companhia. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo (Nota 12).

Os juros referentes aos financiamentos, que são diretamente atribuíveis a construção, são capitalizados como parte do ativo intangível, líquido dos fundos restritos, conforme CPC 20 – Custos de Empréstimos.

2.10 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.11 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço (Nota 14).

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante (Nota 13).

2.13 Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

2.14 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis e são determinados usando alíquotas de imposto (base a legislação fiscal) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Companhia não constitui imposto de renda e contribuição social ativo diferido sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, uma que vez, no atual estágio de suas operações, não possui evidências suficientes para comprovar a existência de disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos prejuízos fiscais não utilizados.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.15 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.16 Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as suas atividades. A Companhia baseia suas estimativas levando em consideração as especificações da prestação de serviço.

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos usuários e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(i) Receita de contratos de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o os itens 13 e 14 da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e CPC 17 - Contratos de Construção, segundo o método de custo acrescido de margem.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo acrescido da margem. A receita é reconhecida pela margem anual de 1 % sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

2.17 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes principais novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2016.

- **IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"**: aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1o de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A administração entende que as novas orientações do IFRS 9 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros.
- **IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes"**: essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1o de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos da adoção da nova norma.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As novas orientações do IFRS 15 não trarão impacto na classificação e mensuração da receita e seu reconhecimento.

- **IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil"**: com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A norma não trará impactos no reconhecimento de passivo. Atualmente a companhia não possui operações de arrendamento mercantil.

É bom ressaltar que essas revisões e novas normas ainda não foram objeto de emissão pelo CPC das equivalentes normas novas ou revisadas nas práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo o processo de homologação pelos reguladores competentes. Em geral, as adoções antecipadas de normas novas ou revisadas e interpretações, embora encorajadas pelo IASB, não estão permitidas ou não estão disponíveis nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Portanto, essas normas novas e/ou revisadas não estão contempladas nessas demonstrações contábeis da Companhia.

2.18 Provisão de conserva especial

A Companhia reconheceu em 2016 a provisão para recuperar a infraestrutura em condição normal de operação antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para os últimos 5 anos da concessão, descontados a valor presente à taxa de 13,8% ao ano e apropriados pelo prazo remanescente de concessão de 30 anos. Esta provisão para conserva especial está registrada pela melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

2.19 Reapresentação dos valores correspondentes

A Administração da Companhia procedeu a reapresentação das informações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (balanço patrimonial) com o objetivo de melhorar a divulgação das transações realizadas com partes relacionadas, junto ao Consórcio Construtor Ba 093. A reapresentação está sendo efetuada como previsto pelos pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (aprovada pela NBC TG 23 (R-1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade) e CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis (aprovada pela NBC TG 26 (R-3), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade), conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir:

	31 de dezembro de 2015		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11.896	(7.806)	4.090
Empréstimos e financiamentos	15.394		15.394
Debêntures	4.660		4.660
Partes relacionadas		7.806	7.806
Tributos a recolher	2.388		2.388
Obrigações sociais e trabalhistas	3.310		3.310
Outros passivos	296		296
Total circulante	37.944		37.944

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na expectativa histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Administração da Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram identificadas pela administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment*, os ativos não financeiros.

(b) Reconhecimento de receita

Na apuração do valor justo da receita de contratos de construção, a Companhia utilizou o custo total incorrido mais margem de lucro estimada pela Administração, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

A margem de construção foi definida considerando a divisão entre os custos de monitoramento e gestão despendidos pela companhia e o total de investimentos previstos, conforme fundamentado por avaliação da engenharia da Concessionária.

(c) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia, para as demonstrações contábeis anuais no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, estimou como base para amortização a curva de tráfego, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece esse método como o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa prática também utilizada pelas principais Companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os demais ativos, com vida útil inferior ao prazo de concessão, são amortizados pelo método linear de acordo com sua vida útil econômica.

(d) Passivo contingente

A Companhia reconhecerá passivo contingente sempre que a perda puder ser razoavelmente estimada. Na hipótese em que o montante envolvido não possa ser razoavelmente estimado, toda e qualquer informação relevante será divulgada, em nota explicativa, expondo os riscos em que a companhia está sujeita.

(e) Imposto de renda e contribuição social

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial com a dívida líquida.

Em 2016, a estratégia da Companhia foi a de manter o índice de alavancagem financeira entre 70% e 80% e uma classificação de crédito Baa1 na escala de Moody's.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de endividamento em 31 de dezembro podem ser assim sumariados:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Montante total da dívida (Nota 14)	718.991	554.751
Menos Caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	(46.115)	(2.778)
Menos Aplicação financeira (Nota 7)	-	(18.718)
Menos Fundo restrito (Nota 14 (iv))	(30.969)	(20.215)
Dívida líquida	<u>641.907</u>	<u>513.040</u>
Total do patrimônio líquido	<u>213.697</u>	<u>212.119</u>
Total do capital	<u>855.604</u>	<u>725.158</u>
Índice de alavancagem financeira (%)	<u>75</u>	<u>71</u>

5 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Empréstimos e recebíveis

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	46.115	2.778
Aplicação financeira	-	18.718
Contas a receber	6.376	8.620
Depósitos judiciais	25.389	2.147
Fundo restrito	30.969	20.215
	<u>108.849</u>	<u>52.478</u>

(b) Outros passivos financeiros

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores	2.538	4.090
Empréstimos e financiamentos	682.720	515.082
Debêntures	32.025	39.668
	<u>717.283</u>	<u>558.840</u>

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fundo de troco	370	370
Bancos conta movimento	45.584	2.303
Numerário em trânsito	<u>161</u>	<u>105</u>
	<u>46.115</u>	<u>2.778</u>

Em 29 de dezembro de 2016, foi liberado pelo BNB a quinta parcela do financiamento FNE 3º ciclo no valor de R\$ 41.642. Este recurso foi mantido em conta corrente ocasionando significativa variação na rubrica Caixa e equivalente de caixa. Estes recursos serão utilizados nas obras da Via Metropolitana Camaçari Lauro de Freitas.

7 Aplicação financeira

Não houve registro na rubrica de aplicação financeira em 31 de dezembro de 2016 (2015 - R\$ 18.718), referente aos recursos captados através de financiamento, o qual foi utilizado para realização de investimentos em infraestrutura.

8 Contas a receber

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
PEX S.A. (i)	978	1.838
Conectcar S.A. (i)	485	417
DB Trans S.A. (ii)	223	170
Sem Parar (i)	4.051	2.700
Outros	1.613	3.702
Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa	<u>(974)</u>	<u>(207)</u>
	<u>6.376</u>	<u>8.620</u>

(i) Contas a receber oriundas das transações de AVI (*Automatic Vehicle Identification*) representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos previamente adquiridos das empresas habilitadas PEX S.A, Conectcar S.A e Sem Parar S.A.

(ii) Contas a receber oriundas das transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos da empresa habilitada DB Trans S.A.

(a) Movimentação da provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Em 1º de janeiro	207	
Adições	768	207
Baixas	(1)	
Em 31 de dezembro	<u>974</u>	<u>207</u>

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Tributos a recuperar e outros

	2016	2015
Antecipações do IRPJ	616	
Antecipações do CSLL	294	
IRRF sobre aplicações financeiras	135	1.012
Outros	538	747
	<u>1.583</u>	<u>1.759</u>

10 Depósitos judiciais

Trata-se de forma mais significativa de depósito judicial realizado para ações de desapropriação e indenizações de benfeitorias.

	Trabalhistas	Cíveis	Desapropriações	2016	2015
Em 1º de janeiro	50	144	1.953	2.147	1.929
Adições	100	91	23.166	23.357	218
Baixas	(5)	(103)	(7)	(115)	
Em 31 de dezembro	<u>145</u>	<u>132</u>	<u>25.112</u>	<u>25.389</u>	<u>2.147</u>

(i) Em 2016, houve significativo aumento nos depósitos devido a aceleração das obras da Via Metropolitana Camaçari Lauro de Freitas

11 Imobilizado

(i) Composição

		2016		2015	
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10%	1.183	(357)	826	554
Computadores e periféricos	20%	2.469	(2.469)		11
Veículos	20%	100	(5)	95	23
Benfeitoria em imóveis de terceiros	4,13%	1.389	(33)	1.356	
		<u>5.141</u>	<u>(2.864)</u>	<u>2.277</u>	<u>588</u>

(ii) Movimentação do imobilizado

	2016	2015
Saldo no início do período	588	1.163
(+) Adição	1.872	190
(-) Baixa	(29)	(73)
(-) Depreciação	(154)	(690)
(-) Transferência para intangível		(2)
Saldo no final do período	<u>2.277</u>	<u>588</u>

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Intangível

(i) Composição

	Taxas anuais de amortização (%)	2016		2015	
		Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura					
Edifícios e instalações	(*)	130.218	(18.851)	111.367	112.134
Pavimentações e conservação especial	(*)	530.655	(100.242)	430.413	452.123
Hardware e equipamentos de pedágio	20,00	8.893	(5.730)	3.163	4.036
Desapropriações	(*)	39.604	(1.818)	37.786	19.508
Máquinas e equipamentos	10,00	7.355	(3.989)	3.366	4.075
Veículos	33,33	1.233	(1.116)	117	9
Meio ambiente e elementos de segurança	(*)	11.226	(485)	10.741	8.943
Obras em andamento	(*)	245.675		245.675	123.486
		<u>974.859</u>	<u>(132.231)</u>	<u>842.628</u>	<u>724.314</u>
Outros intangíveis					
Adiantamento a fornecedor (Nota 23)		4.256		4.256	9.547
Softwares adquiridos de terceiros	20,00	369	(229)	140	181
Marcas e patentes		46		46	46
		<u>4.671</u>	<u>(229)</u>	<u>4.442</u>	<u>9.774</u>
		<u>979.530</u>	<u>(132.460)</u>	<u>847.070</u>	<u>734.088</u>

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão foi reconhecida na rubrica de custos do serviço prestados considerando a projeção de curva de tráfego ou método linear, conforme a vida útil econômica do bem. Os itens referentes ao contrato de concessão são edifícios e instalações, pavimentações e conservação especial, desapropriações e meio ambiente e elementos de segurança. A média ponderada esperada para amortização dos ativos referentes ao contrato de concessão para o exercício de 2016 é de 2,24% (2015 - 2,03%).

Também são itens do contrato, mas com vida útil inferior ao período de concessão, hardware e equipamentos de pedágio, máquinas e equipamentos, veículos e software adquiridos de terceiros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram capitalizados juros referentes aos financiamentos, líquido dos juros dos fundos restritos, no valor de R\$ 7.843 (2015 - R\$ 2.866).

A rubrica Obras em andamento é composta, de forma significativa, pela construção da Via Metropolitana Camaçari Lauro de Freitas (VMCLF) financiada com recursos contratados junto ao BNB e Desenharia com prazo de finalização previsto para outubro de 2017.

(a) Contrato de concessão -Infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível acrescido da margem de construção (1%) e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

(ii) Movimentação do intangível

	2016	2015
Saldo no início do período	734.088	647.311
(+) Adição	147.445	121.625
(-) Amortização	(34.463)	(34.850)
(+) Transferencia do imobilizado		2
Saldo no final do período	<u>847.070</u>	<u>734.088</u>

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Fornecedores

	2016	Reapresentado 2015
Fiscal Tecnologia e Automação Ltda		69
Concreta Tecnologia e engenharia Ltda		850
Engos Engenharia Ltda	12	296
Agerba - Agencia Estadual de Regulação	301	276
Paisartt Construtora Ltda	242	242
Vitalmed Resgate Médico Ltda	229	219
BC2 Construtora Ltda Me	202	202
Tuna Comércio Tec. Para Veiculos Ltda	182	173
Semear Serviços Ltda	52	146
Fornecedores diversos	1.318	1.617
	<u>2.538</u>	<u>4.090</u>

14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

(i) Composição

	Moeda	Encargos financeiros	2016	2015
Desenbahia – Agência de foment0 2º ciclo (iii)	R\$	TJLP + 3% a.a.	27.504	29.220
BNB - Contrato de financiamento 2º ciclo (iv)	R\$	2,94% a.a.	182.145	185.862
Debêntures (v)	R\$	DI + 2,5% a.a.	32.136	36.522
Desenbahia – Agência de fomento	R\$	TJLP + 3% a.a.	12.343	13.199
Desenbahia – Agência de fomento	R\$	10% a.a.	25.205	26.924
BNB - Contrato de financiamento (vi)	R\$	10% a.a.	245.360	249.822
BNB - Contrato de financiamento (vii)	R\$	TJLP + 4% a.a.	11.688	12.937
Banco do Brasil - Conta garantida	R\$	135% CDI a.a.	8.110	
BNB - Contrato de financiamento 3º ciclo (i)	R\$	8,24% a.a.	147.229	
Desenbahia – Agência de fomento 3º ciclo (ii)	R\$	DI + 3% a.a.	26.129	
Custos de captação	R\$		(3.104)	(2.882)
			714.745	551.604
(-) Circulante			(32.464)	(23.201)
Não circulante			<u>682.281</u>	<u>531.550</u>

- (i) Em 26 de novembro de 2014, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNB no valor de R\$ 181.905 com liberação em 7 parcelas, sendo que até 31 de dezembro de 2016 foram liberadas 5 parcelas totalizando o montante de R\$ 146.523. O prazo de financiamento é de 240 meses, com carência de 36 meses, contados a partir da data da assinatura do contrato. A taxa de juros efetiva é de 8,24% ao ano, com bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual.
- (ii) Em 15 de agosto de 2016, foi firmado um contrato junto ao Desenbahia no valor de R\$ 26.000, sendo que até 31 de dezembro 2016 foi liberada a totalidade do financiamento. O prazo de financiamento é de 72 meses, com carência de 24 meses, contados a partir da data da assinatura do contrato. A taxa de juros efetiva é de 3,00% ao ano.
- (iii) Em 21 de dezembro de 2012, foi firmado um contrato de financiamento junto ao Desenbahia no valor de R\$ 30.000, que foi liberado em 27 de junho de 2013. O prazo do financiamento é de 240 meses, com carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato. A taxa de juros contratual é de 3,00% ao ano + TJLP (taxa de juros de longo prazo).

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iv) Em 12 de dezembro de 2012, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNB no valor de R\$ 188.435 que foram liberados em 6 parcelas. O prazo de financiamento é de 240 meses, com carência de 30 meses, contados a partir da data da assinatura do contrato. A taxa de juros contratual é de 2,94% ao ano, com bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual.
- (v) Em 17 de dezembro de 2012, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 38.000 junto ao BNB, cuja liberação financeira ocorreu em 13 de maio de 2013. O prazo para pagamento é de 84 meses com, com carência de 30 meses, contados a partir da data da assinatura do contrato. A taxa de juros contratual é de 2,5% ao ano mais DI (depósito interbancário). O valor liberado na operação da segunda emissão de debêntures foi utilizado para liquidação da primeira emissão no montante de R\$ 35.000. As debêntures têm como garantia o penhor de ações e direitos creditórios e emergentes e não são conversíveis em ações.
- (vi) Em 10 de agosto de 2011, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNB no valor de R\$ 254.139 (R\$ 2.933 de encargos financeiros em 31 de dezembro de 2013) que foram liberados em 8 parcelas. O prazo do financiamento é de 240 meses, com período de carência de 30 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.
- (vii) Em 29 de abril de 2011, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNB no valor de R\$ 15.645, pelo prazo de 180 meses, com período de carência de 30 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. A taxa de juros contratual é de 4% ao ano mais TJLP.

As garantias para os empréstimos obtidos junto ao Desenbahia e BNB são penhora de ação, suporte de acionista, direitos creditórios e emergentes.

(ii) Movimentação

Saldo em 1º de janeiro de 2015	557.350
Captações	6.798
Provisão de juros	35.289
Juros capitalizados	3.090
(-) Amortização do principal	(12.649)
(-) Juros pagos	(38.552)
Custo de transação	278
Saldo em 1º de janeiro de 2016	551.604
Captações	180.634
Provisão de juros	35.491
Juros capitalizados	8.833
(-) Amortização do principal	(18.186)
(-) Juros pagos	(43.345)
Custo de transação	(286)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	714.745

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Prazos de vencimento

Os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
2017		24.743
2018	28.656	25.130
2019	37.718	28.137
2020	32.168	22.008
2021 até 2032	<u>583.739</u>	<u>431.532</u>
	<u>682.281</u>	<u>531.550</u>

(iv) Fundos restritos

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da rubrica de Fundos restritos no montante de R\$ 30.969 (2015 - R\$ 20.215) é mantido como garantia de pagamento do valor correspondente as três maiores parcelas dos financiamentos com o BNB do 1º ciclo (Fundo de Amparo ao Trabalhador ("FAT") BNB, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE") BNB e FNE Desenhahia), 2º ciclo (FNE BNB) e 3º ciclo (FNE BNB), conforme previsto no contrato firmado junto à instituição financeira. O fundo é remunerado entre 98% e 100% do CDI, com vencimento em 2031.

15 Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Participação nos lucros e resultados - ("PLR")	1.620	1.435
Provisão de férias	1.336	1.287
Outros	<u>618</u>	<u>588</u>
	<u>3.574</u>	<u>3.310</u>

16 Provisão para contingências

(a) Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui provisionado o montante de R\$ 474 (2015 - R\$ 401) relacionado a ações judiciais cíveis e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração considera que a probabilidade de êxito para esses processos é remota.

Não é esperada nenhuma exigibilidade relevante resultante dos passivos contingentes, além daquelas provisionadas.

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Em 1º de janeiro	23	378	401	348
Debitado à demonstração de resultado	64	9	73	53
Em 31 de dezembro	<u>87</u>	<u>387</u>	<u>474</u>	<u>401</u>

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de natureza cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Processos cíveis	2.117	1.789
Processos trabalhistas	195	60
	<u>2.312</u>	<u>1.849</u>

7 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 247.000 representado por 311.537.370 de ações ordinárias e sem valor nominal, sendo 155.768.685 ações subscritas pela acionista ODB Rodovias e 155.768.685 de ações subscritas pela Invepar.

<u>Acionistas</u>	<u>Capital subscrito e integralizado 2016 e 2015</u>	<u>Ações ordinárias</u>
ODB Rodovias	123.500	155.768.685
Invepar	<u>123.500</u>	<u>155.768.685</u>
	<u>247.000</u>	<u>311.537.370</u>

18 Contratos

(a) Contrato de concessão

Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura do estado da Bahia ("SEINFRA") e a Companhia, tendo como objeto a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário "Concessão" dos trechos: BA093, BA512, BA521, BA524, BA526 e BA535, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 25 anos, a partir da data de assinatura do contrato.

A Companhia deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré-estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2010 com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA 099 para ser construído pela Concessionária e aditado em 5 (cinco) anos a vigência do Contrato, passando de 25 para 30 anos.

Durante o prazo de concessão, a Companhia deverá contratar e manter em vigor apólices de seguro de riscos operacionais, seguro garantia, seguro de cascos da frota de veículos e seguro de responsabilidade civil.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Implantação de terceiras faixas
- Duplicação
- Implantação de acostamento
- Implantação de passarelas para pedestres
- Adequação de paradas de ônibus em trechos urbanos
- Instalação de cabines de pedágio

(b) Contrato de engenharia

Contrato firmado em 18 de agosto de 2010 tendo como contratada o Consórcio Sistema BA 093, constituído pelas empresas Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) e Construtora OAS Ltda. (“OAS”), com objetivo a execução das obras civis, compreendendo os projetos funcionais e projetos executivo dos serviços de recuperação, ampliação e melhoria descritos no contrato de concessão. O valor global do contrato é de R\$ 576.631 e abrange os serviços e fornecimentos relacionados a execução das obras civis tendo por data base fevereiro de 2010. O contrato encontra-se totalmente realizado e contabilizado no intangível.

Em 12 dezembro de 2014, foi assinado o aditivo ao contrato com o Consorcio Sistema Ba 093 com o objetivo de executar, na modalidade empreitada por preço global e prazo determinado, todas as obras e serviços necessários a implantação da Via Expressa Contorno Lauro de Freitas. O valor global do aditivo é de R\$ 233.774. Até 31 de dezembro de 2016, foi investido o montante de R\$ 159.390. Adicionalmente, foi acrescido ao preço global reajuste no valor de R\$ 9.636, já registrado no intangível.

Em 20 de julho de 2015, foi assinado termo aditivo ao contrato com o Consorcio Sistema Ba 093 com objetivo de indenizar todos os custos extraordinários verificados nas obras civis originalmente contratadas, que não contemplam a implantação da Via Expressa. Foi acrescido ao preço global o valor de R\$ 31.309, já registrado no intangível.

19 Receitas

	2016	2015
Receita de construção (i)	152.657	123.904
Receitas de pedágio (ii)	124.942	112.986
Receitas acessórias	2.395	4.370
Impostos e contribuição sobre serviços	(11.108)	(10.588)
Receita líquida	<u>268.886</u>	<u>230.672</u>

- (i) Para constituir o valor da receita de obras de infraestrutura, a Companhia utiliza como base, os itens 13 e 14 da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, na qual a Companhia deve reconhecer e mensurar a receita dos serviços prestados ou melhoria por referência ao estágio de conclusão da construção, sendo a receita medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, conforme orientação do CPC 17 – Contratos de Construção e conforme descrito na Nota 2.16.

O aumento de R\$ 28.723 de 2016 em relação ao ano anterior é explicado pela intensificação das obras da Via Metropolitana Camaçari Lauro de Freitas.

- (ii) Receita de pedágio oriunda de pagamentos efetuados pelos usuários.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Custos

(a) Custo de construção

Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as

orientações contidas na Instrução Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

A Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$ 151.131 (2015 – R\$ 122.656) como custo de construção, sendo respectiva receita mensurada considerando uma margem de 1%.

(b) Custo dos serviços prestados

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Custos com pessoal	12.757	14.147
Prestadores de serviços	12.346	13.432
Depreciação e amortização	34.413	34.799
Custos contratuais da concessão	4.341	3.962
Material, equipamentos e veículos	1.440	1.824
Gastos gerais	1.530	1.554
Outros custos operacionais	824	1.587
	<u>67.651</u>	<u>71.305</u>

21 Despesas gerais e administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas com pessoal	5.877	5.628
Prestadores de serviços	2.050	2.356
Gastos gerais e administrativos	3.093	2.764
Depreciação	204	742
Honorários da diretoria	1.884	1.668
	<u>13.108</u>	<u>13.158</u>

22 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui registrados impostos diferidos passivos no montante de R\$ 9.720 (2015- R\$ 6.647), calculados sobre a margem de construção do ativo intangível da concessão, conforme ICPC 01, e outras diferenças temporárias, a alíquota de 34%.

Os saldos do passivo diferido apresentam-se como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
IR e CSLL sobre margem de construção e diferença fiscal temporaria (34%)	9.720	6.647
	<u>9.720</u>	<u>6.647</u>

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	4.650	(7.276)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) à alíquota de 34%	(1.581)	2.474
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Adições permanentes, líquidas	(104)	(147)
Outros	<u>(1.387)</u>	<u>(2.650)</u>
Efeito de IR e CSLL no resultado	<u>(3.072)</u>	<u>(323)</u>
IR e CSLL diferidos	(3.072)	(323)
Total da despesa com IR e CSLL	<u>(3.072)</u>	<u>(323)</u>

23 Resultado financeiro, líquido

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita financeira		
Descontos obtidos	33	1
Rendimento de aplicação financeira	4.335	5.755
Atualização monetária	<u>734</u>	<u>227</u>
	5.102	5.983
Despesa financeira		
Juros de empréstimos	(35.491)	(35.240)
IOF	(612)	(53)
Outras despesas	<u>(1.529)</u>	<u>(1.492)</u>
	<u>(37.632)</u>	<u>(36.785)</u>
Despesas financeiras, líquidas	<u>(32.530)</u>	<u>(30.802)</u>

24 Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos e transações com partes relacionadas referem-se ao contrato de execução de obras (Nota 19), firmado em 18 de agosto de 2010 junto à CNO e OAS.

	<u>2016</u>	<u>Reapresentado 2015</u>
Ativo não circulante		
Adiantamento a fornecedor (Nota 12)	4.256	9.547
Passivo circulante		
Partes relacionadas	11.882	7.806
Resultado	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Custo de construção (Nota 20(a))	(151.131)	(122.656)

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou o montante de R\$ 1.884 (2015 - R\$ 1.669), referente remuneração dos administradores.

25 Lucro (prejuízo) por ação

(a) Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	2016	2015
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	1.578	(7.599)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	247.000	231.556
Lucro (Prejuízo) básico por ação - R\$	0,006	(0,033)

26 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco nomeados e operacionais, responsabilidade civil e seguro garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui apólices de seguros contratadas com as seguradoras Tokio Marine, Austral, AXA Seguros, XL Seguros Brasil S.A., HDI Gerling Seguros, intermediadas através da Odebrecht Corretoras de Seguros (OCS Seguros) e THB Brasil, tendo a AGERBA como beneficiária do seguro Garantia (Performance Bond) e a Companhia beneficiária dos seguros da frota de veículos e responsabilidade civil (D&O), para os seguros de riscos operacionais e responsabilidade civil geral são beneficiários a Companhia, AGERBA, subcontratados e financiadores.

Modalidade	Vigência até	Cobertura
Responsabilidade civil	abril/2017	40.000
Riscos operacionais	agosto/2017	200.000
Responsabilidade civil geral	agosto/2017	30.000
Seguro garantia	agosto/2017	32.082
Automóveis	setembro/2017	110% tabela FIPE

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Eventos subsequentes

(a) Reajuste nas tarifas de pedágio

Em 19 de abril de 2017, de acordo com o previsto no contrato de concessão, a tarifa foi reajustada em 10%. A tarifa básica passou de R\$ 4,00 para R\$ 4,40. As demais categorias de veículos também foram reajustadas.